



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**REQUERIMENTO Nº,** **DE 2026.**  
(Do Sr. Gilson Daniel)

Solicita a realização de esforço concentrado com a inclusão na pauta do Plenário da Câmara dos Deputados das proposições que tratam da Gestão do Risco e Desastres e Cooperação Humanitária, Proteção e Defesa Civil, diante dos riscos associados ao fenômeno climático El Niño 2026/2027.

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, a realização de esforço concentrado com a inclusão na Ordem do Dia do Plenário da Câmara dos Deputados das proposições legislativas relacionadas à Gestão do Risco e Desastres, Proteção e Defesa Civil, Cooperação Humanitária e Resiliência Climática atualmente em tramitação nesta Casa.

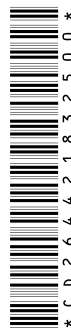
O presente requerimento fundamenta-se na necessidade de adoção de medidas legislativas preventivas **diante do agravamento dos riscos climáticos associados ao fenômeno El Niño 2026/2027**, cujos impactos potenciais vêm sendo amplamente alertados pelos órgãos técnicos nacionais e internacionais.

Em recente decisão, o Ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, determinou a intimação da União e dos Estados da Amazônia Legal e do Pantanal para que informem, no prazo de 10 dias, as providências de planejamento e preparação adotadas diante da confirmação das projeções que indicam incremento significativo dos riscos de incêndios florestais, especialmente no segundo semestre de 2026.

Conforme Nota Técnica do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN, **o fenômeno El Niño 2026/2027 poderá configurar evento climático de elevada intensidade, com potencial para provocar alterações severas nos padrões hidrológicos e climáticos do País,**

Apresentação: 27/05/2026 10:00:12.277 - Mesa

REQ n.3210/2026



\* C D 2 6 4 4 2 1 8 3 2 5 0 0 \*



**incluindo secas extremas, ondas de calor, aumento do risco de incêndios florestais, inundações e eventos hidrometeorológicos severos.**

A mesma nota técnica destaca que o aquecimento global poderá potencializar os efeitos do fenômeno, elevando significativamente os riscos de incêndios na Amazônia e no Pantanal, além de impactos sobre a população em razão do estresse térmico, especialmente nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Além disso, o mesmo estudo aponta que o Brasil vem registrando aumento contínuo na frequência de ondas de calor nas últimas décadas, com intensificação significativa em anos de El Niño, sobretudo após os anos 2000.

O estudo técnico evidencia ainda que os anos de ocorrência do fenômeno El Niño apresentam aumento expressivo na incidência de eventos extremos climáticos em praticamente todos os estados brasileiros, elevando sobremaneira os riscos de incêndios, secas severas, impactos à saúde pública e desastres.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível que o Parlamento brasileiro avance na apreciação de proposições legislativas voltadas ao fortalecimento das políticas públicas de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação frente aos desastres climáticos e ambientais.

Nesse sentido, sugerimos a realização de esforço concentrado para apreciação de matérias relacionadas à prevenção e gestão de riscos de desastres, podendo ser priorizadas, entre outras, as seguintes proposições:

PL	AUTOR	EMENTA
PL 6966/2013	Comissão Externa Região Serrana RJ	Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para definir como crime ambiental o parcelamento do solo em área de risco de desastre.
PL 5602/2016	Helder Salomão - PT/ES	Altera a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 - Política Nacional de Defesa Civil, para dispor sobre a criação de órgãos permanentes de defesa civil e dá outras providências.
PL 4794/2016	Dr. Jorge Silva - PHS/ES; Sergio Vidigal - PDT/ES	Impede a ocupação de áreas de risco e trata do planejamento de medidas de drenagem de águas pluviais urbanas e de manejo de vazão dos rios. Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007
PL 8170/2017	Damião Feliciano - PDT/PB	Aperfeiçoa a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres naturais. Altera a Lei 12.340, de 1º de dezembro de 2010.
PL 10898/2018	Walter Pinheiro -	Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (Lei do Petróleo), e a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

	PT/BA	(Lei do Pré-Sal), para garantir que parte dos recursos dos royalties e do Fundo Social seja destinada à prevenção de desastres provocados por causas naturais ou de desastres humanos de natureza tecnológica relacionados com incêndios ou com produtos perigosos, bem como ao atendimento às populações e às áreas atingidas por esses desastres.
PL 485/2022	Joice Hasselmann - UNIÃO/SP	Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para obrigar à ampla divulgação de mapeamento contendo as áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos, pelos municípios que as possuam.
PL 4501/2021	Celina Leão - PP/DF	Autoriza a dedução de doações ao Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap) e aos entes subnacionais em caso de situação de emergência ou estado de calamidade, no imposto de renda devido pelas pessoas físicas e pelas pessoas jurídicas.
PL 2762/2023	Gilson Daniel - PODE/ES	Institui a Campanha de Conscientização sobre a Gestão do Risco e Desastres.
PL 580/2019	Alvaro Dias - PODEMOS/PR	Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para destinar 1% (um por cento) da arrecadação das modalidades lotéricas ao Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap).
PL 161/2024	Yandra Moura - UNIÃO/SE	Dispõe sobre o Programa de Fomento às Cidades Resilientes e dá outras providências.
PLP 231/2024	Leo Prates - REPUB/BA	Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 210, de 25 de novembro de 2024, para priorizar Municípios afetados por desastres climáticos na indicação de emendas parlamentares de bancada.
PL 6151/2025	Pompeo de Mattos - PDT/RS, Fernanda Melchionna - PSOL/RS	Institui a Política Nacional de Saúde Mental Climática, dispõe sobre a organização da atenção psicossocial em contextos de desastres, cria o Sistema Nacional de Saúde Mental Climática e os Centros de Resiliência, Cura e Reconstrução de Comunidades (CRCRC), e dá outras providências.
PL 1798/2024	Gilson Daniel - PODE/ES	Destina parcela das arrecadações de recursos financeiros advindos do pagamento de multas por crimes e infrações ambientais, do pagamento de compensações ambientais, e dos advindos de acordos judiciais e extrajudiciais de reparação de danos socioambientais, além das sobras orçamentárias de cada ano, para o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil – Funcap.
PL 5023/2025	Pedro Aihara - PP/MG	Altera a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, para dispor sobre princípios, diretrizes e conteúdos mínimos da educação em proteção e defesa civil, a integração curricular em todos os níveis e modalidades de ensino, a articulação com instituições de ensino e pesquisa para a promoção de programas de prevenção e redução de riscos e dá outras providências.

Sala da Comissão, de

maio de 2026.

Deputado **GILSON DANIEL**

PODE/ES





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Infoleg - Autenticador

# Requerimento de Inclusão de Matéria na Ordem do Dia

## Deputado(s)

- 1 Dep. Gilson Daniel (PODE/ES)
- 2 Dep. Pedro Aihara (PP/MG)
- 3 Dep. Yandra Moura (UNIÃO/SE)
- 4 Dep. Leo Prates (REPUBLIC/BA)

Apresentação: 27/05/2024 10:00:12.277 - Mesa

REQ n.3210/2026

